

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE LETRAS  
LICENCIATURA EM LETRAS

GABRIEL DIAS DOS SANTOS

**FAMÍLIA X ESCOLA: ANÁLISE DE DISCURSOS PRÓ EDUCAÇÃO DOMICILIAR  
NO BRASIL**

PORTO ALEGRE  
2024

GABRIEL DIAS DOS SANTOS

**FAMÍLIA X ESCOLA: ANÁLISE DE DISCURSOS PRÓ EDUCAÇÃO DOMICILIAR  
NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado ao Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Licenciado em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Ramos Barbosa Filho  
Co-orientadora: Profa. Dra. Iana Gomes de Lima

PORTO ALEGRE  
2024

GABRIEL DIAS DOS SANTOS

**FAMÍLIA X ESCOLA: ANÁLISE DE DISCURSOS PRÓ EDUCAÇÃO DOMICILIAR  
NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado ao Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Licenciado em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Ramos Barbosa Filho  
Co-orientadora: Profa. Dra. Iana Gomes de Lima

Porto Alegre, 1 de fevereiro de 2024.

Conceito: A

**BANCA EXAMINADORA**

Profa. Dra. Luciana Iost Vinhas  
Docente do Departamento de Línguas Clássicas e Vernáculas, Instituto de Letras,  
UFRGS

---

Prof. Dr. Ricardo Boklis Golbspan  
Docente do Departamento de Estudos Básicos (Debas), na área de Sociologia da  
Educação, na Faculdade de Educação, UFRGS

---

Prof. Dr. Fábio Ramos Barbosa Filho (Orientador)  
Docente do Departamento de Línguas Clássicas e Vernáculas, Instituto de Letras,  
UFRGS

---

Profa. Dra. Iana Gomes de Lima (Co-orientadora)  
Docente do Departamento de Estudos Especializados, na área de Políticas e  
Gestão da Educação, UFRGS

*À minha mãe, cujo amor e apoio incondicionais me trouxeram até aqui*

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho é resultado de seis anos de graduação no curso de licenciatura em letras, e esse resultado só foi possível graças a pessoas incríveis que fizeram parte dessa trajetória, de uma maneira ou de outra.

Antes de tudo, agradeço a meus pais Miriam Beatriz Trindade Dias e Miguel Renato Silva dos Santos, por sempre me ensinarem sobre a importância da educação e incentivarem meus estudos. E, também, a minhas irmãs e irmão, Jhosteur, Mizael e Renatha, meus melhores amigos.

Quanto à vida acadêmica, agradeço, imensamente, à minha orientadora de pesquisa e co-orientadora desta monografia, professora Iana Gomes de Lima, que, além de mentora, hoje posso chamar de amiga. Serei eternamente grato por tudo que já fizeste e ainda faz por mim. Obrigado por acreditar e investir em mim, com toda certeza, teu incentivo mudou minha trajetória acadêmica.

Sou grato, também, aos demais membros do Coletivo Redes: à Bruna Dalmaso-Junqueira, cujo papel de liderança do grupo, inteligência e trajetória acadêmica me servem como exemplo a ser seguido; à Jaqueline Garske, minha primeira colega de pesquisa, estando ao meu lado desde meu segundo ano na universidade, e sendo hoje uma grande amiga; e por último, mas definitivamente não menos importante, sou grato a meu amigo William Braga, minha dupla de estágios e amigo pra vida toda. Sou profundamente grato por tudo que vivemos juntos nesses últimos semestres de graduação.

Agradeço ao orientador desta monografia, professor Fábio Ramos Barbosa Filho, cujas aulas da disciplina de Teoria e Prática de Leitura me inspiraram a conhecer e estudar a Análise de Discurso. E aos demais membros do DARQ, que, de alguma maneira, contribuíram para este trabalho.

Não posso deixar de citar outras pessoas que, de alguma maneira, me fizeram o pesquisador que sou hoje. A professora Graziela Santos, o professor Ricardo Golbspan, o professor Julian Diogo, o professor Valdir Flores e a professora Regina Zilberman. Citei especialmente alguns, mas sou grato a todos os funcionários e corpo docente do Instituto de Letras e da Faculdade de Educação.

Os amigos que a UFRGS me deu também merecem meus agradecimentos, pois são pessoas cuja amizade ultrapassou os limites da sala de aula: Meus amigos

e amigas Tiago Carrer, Joka Vaz, Rafaela Jawwad, Igor Tolksdorf, Filipe Machado, Arthur Grigolo, Bibiana Rocha e Isabel Lisboa.

Cito, também, as pessoas que fazem parte da minha vida fora da universidade, em especial meus amigos e amigas: Naraka Neuman, Tiago Paiva, Thales Viacava, Fernanda Santana, Lucas Silveira, Luana Alves, Emanuelle Hubert, Sabrina Bastos, Ana Clara Lauffer, Kauan Almeida e Gabriel Fernandes.

Agradeço a toda minha grande família, avós, tios e tias, primos e primas. Mas, em especial, a meu tio, Rafael Santos, também professor de língua portuguesa, obrigado por servir como incentivo e inspiração para mim e para todos os demais primos e primas.

Por fim, agradeço a todos alunos e alunas que passaram por mim durante esta trajetória. Por mais que seja clichê, tenho a absoluta certeza que aprendi com eles e elas tanto quanto, ou até mais, que eles comigo. Obrigado!

## Resumo

O presente trabalho explora a análise de discursos de projetos de lei pró educação domiciliar no Brasil, proferidos por atores, ou sujeitos, que compõem a rede de atuação em defesa da pauta. O texto sintetiza o trabalho que vem sendo elaborado pelo Coletivo Redes desde 2019, e apresenta um recorte específico desta pesquisa. Para tanto, na introdução é explicitado o contexto do problema de pesquisa deste trabalho, apresentando brevemente sua trajetória, desde o estudo teórico sobre a Nova Direita (APPLE, 2003; LACERDA, 2019), até chegar na Análise de Discurso Materialista, oriunda dos trabalhos de Michel Pêcheux. A palavra-chave que serve como foco da análise é o termo *família*. Logo, o primeiro capítulo trata do conceito de *família* que será operado no trabalho, passando por conceitos teóricos e epistemológicos, entendendo sua importância no contexto sócio-político do Brasil na atualidade, e analisando sua relação com o Estado. Após, é apresentado um breve capítulo sobre a Análise Temática (CLARKE; BRAUN, 2006), metodologia que vinha sendo aplicada nas análises dos argumentos até então, explorando semelhanças e diferenças com a Análise de Discurso. Por fim, é realizada a aplicação da Análise de Discurso, trazendo à tona as tensões entre *família* e Escola/Estado, a questão religiosa nos argumentos e o atravessamento neoliberal. Conclui-se que, dadas as condições de produção desses discursos, no viés conservador, a família é vista como do âmbito privado, sendo seus filhos e filhas de sua propriedade. Logo, a educação domiciliar seria um direito inerente. No que diz respeito à sua relação com o Estado, a análise mostra o caráter dúbio dessa privatização: ora a *família* necessita ser protegida *do* Estado, ora precisa ser protegida *pelo* Estado.

**Palavras-chave:** educação domiciliar; família; Estado; análise de discurso; análise temática; nova direita.

# Abstract

The present work explores the analysis of discourses on pro-homeschooling bills in Brazil, delivered by actors or subjects who make up the network advocating for this agenda. The text synthesizes the work that has been developed by the Coletivo Redes since 2019, presenting a specific focus of this research. Therefore, in the introduction, the context of the research problem is explicitly outlined, briefly presenting its trajectory, from the theoretical study on the New Right (APPLE, 2003; LACERDA, 2019), until reaching Materialist Discourse Analysis, derived from the works of Michel Pêcheux. The keyword serving as the focus of the analysis is the term "family." Thus, the first chapter addresses the concept of family that will be operationalized in the work, covering theoretical and epistemological concepts, understanding its importance in the socio-political context of contemporary Brazil, and analyzing its relationship with the State. Subsequently, a brief chapter on Thematic Analysis (CLARKE; BRAUN, 2006) is presented, a methodology that had been applied in the analysis of arguments until then, exploring similarities and differences with Discourse Analysis. Finally, Discourse Analysis is applied, bringing to the forefront tensions between family and State, the religious aspect in arguments, and neoliberal influences. It is concluded that, given the conditions of production of these discourses from a conservative standpoint, the family is seen as within the private sphere, with their children being their property. Therefore, homeschooling would be an inherent right. Regarding its relationship with the State, the analysis shows the ambiguous nature of this privatization: at times, the family needs to be protected *from* the State, and at other times, it needs to be protected *by* the State..

**Keywords:** homeschooling; family; State; discourse analysis; thematic analysis; new right

# SUMÁRIO

<b>1. Introdução</b>	10
<b>2. Sobre a Família</b>	13
2.1 Qual família?	13
2.2 Família e o avanço do conservadorismo na educação brasileira	15
2.3 Família x Estado x Mercado: Homeschooling e a ideologia privatista	19
<b>3. Sobre a Análise Temática (AT) e a Análise de Discurso (AD)</b>	22
3.1 Análise temática	22
3.2 AT x AD: semelhanças e diferenças	26
<b>4. Sobre a análise discursiva dos projetos de lei pró educação domiciliar no Brasil</b>	29
4.1 Sobre os projetos de lei e seus proponentes	29
4.2 O não-dito religioso	31
4.3 A tensão Família x Estado	34
4.4 A ideologia neoliberal	38
<b>5. Considerações Finais</b>	41
<b>Referências</b>	44

# 1. Introdução

O presente trabalho de conclusão de curso apresenta um recorte da pesquisa elaborada pelo Coletivo Redes, grupo de pesquisa vinculado à Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que estuda políticas conservadoras na educação básica. Dentre as políticas abordadas, está a educação domiciliar, temática central deste trabalho. Para um melhor entendimento do que será tratado nos capítulos que seguem, se faz necessária uma breve, porém detalhada, retomada teórica e metodológica do que foi desenvolvido até então, para que possa ser explicado como a análise do discurso entrou na pesquisa.

O trabalho nasceu a partir do anseio de entender a movimentação da chamada Nova Direita brasileira (LACERDA, 2019), e seus impactos na educação, visto que muitas agendas conservadoras ganharam força com a guinada à direita no cenário político-social do país na última década (ALBUQUERQUE; ZANARDI, 2021; LIMA; HYPOLITO, 2019; LACERDA, 2019; MIGUEL, 2016). Dentre as políticas educacionais conservadoras que apresentaram grande crescimento em popularidade neste período, está a educação domiciliar, também conhecida como *homeschooling*. Apesar de não ser uma prática adotada apenas por questões conservadoras (APPLE, 2020), no Brasil, ela é politicamente defendida por atores<sup>1</sup> pertencentes a essa Nova Direita.

Além do trabalho de Lacerda (2019), para uma análise mais ampla da ascensão dos grupos conservadores, se fez uso dos trabalhos oriundos de Michael Apple, em especial, a obra *Educando à Direita* (2003). No livro, é apresentado o conceito de *aliança conservadora*, que, segundo o autor, é formada por grupos neoconservadores, neoliberais, populistas autoritários (que seriam os fundamentalistas religiosos) e a nova classe média profissional (APPLE, 2003). Por mais que esse recorte seja feito pensando no contexto estadunidense, o mapeamento realizado por Apple ajuda a vislumbrar o cenário político-social brasileiro e serve como um dos principais embasamentos teóricos para esta pesquisa. Entretanto, no caso brasileiro, compreende-se que prevalecem os interesses dos grupos neoliberais e fundamentalistas religiosos, especialmente no que tange à defesa da educação domiciliar (LIMA *et al*, 2022).

---

<sup>1</sup> Durante a pesquisa anterior a este trabalho foi utilizado o termo "ator" para tratar de pessoas ou instituições que atuavam em defesa das pautas conservadoras, sendo esse um conceito utilizado por Apple (2003).



Uma análise detalhada da rede, sua elaboração e atuação de quem a compõe, é apresentada em Lima *et al* (2022). Porém, esta foi apenas a primeira etapa da pesquisa que originou o presente trabalho, a segunda consistiu na coleta e análise dos argumentos em defesa da agenda utilizados pelos atores presentes na rede. Para isso, fez-se uso da metodologia da Análise Temática (BRAUN; CLARKE, 2006), que será apresentada no segundo capítulo deste trabalho. A partir da aplicação deste método, surgiu a problemática da pesquisa aqui desenvolvida.

Como é constatado neste trabalho, um conceito de família é central na defesa do *homeschooling* no Brasil, tendo em vista que, na maioria dos casos, a família é entendida como a responsável pela educação de seus filhos e filhas, independente de formação acadêmica para o exercício da prática. Sendo a educação domiciliar irregular no Brasil, ou seja, não regulamentada pelo Estado (VIEIRA, 2012), famílias que a praticam vivem na "ilegalidade". Logo, a "proteção à família" e aos "direitos da família" embasam a esmagadora maioria dos discursos pró educação domiciliar no país, principalmente de atores político-partidários e religiosos.

Nesse momento surge, então, a necessidade de investigar tais argumentos através de um viés semântico, sendo este a Análise de Discurso Materialista. A fim de dar continuidade à pesquisa desenvolvida até então, o presente trabalho examina as formulações presentes em documentos oficiais de projetos de lei propostos por atores que compõem a rede anteriormente elaborada. A análise do discurso materialista, oriunda dos trabalhos de Michel Pêcheux, foi designada para este trabalho pois permite que o/a analista considere as posições e momentos sócio-político-culturais em que se encontram os atores, ou *sujeitos*, que os utilizaram, assim como compreendermos a materialidade desses discursos como práticas políticas desses grupos.

Tendo em vista sua importância para a pauta, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar como as noções de *família* e *Escola/Estado* são construídas discursivamente em justificativas de projetos de lei pró educação domiciliar no Brasil. Os objetivos específicos são: identificar as relações que o termo *família* apresenta nos textos; e, ainda sobre a "proteção", também o de identificar como a relação "Nós vs Eles" se apresenta nas proposições, sendo que, nos textos analisados, esta dicotomia é protagonizada, em grande parte, pela tensão entre *família* e *Estado*. Antes de chegar na Análise de Discurso, primeiro será

apresentado o conceito de *família* operado neste trabalho, seguido da explanação sobre a metodologia que originou, de fato, esta pesquisa: a Análise Temática.

## 2. Sobre a Família

O termo "família" não foi escolhido de forma aleatória para a realização deste trabalho. Sendo esta uma pesquisa que visa compreender aspectos do discurso de sujeitos conservadores, o sentido de "família" aqui retratado é aquele que segue o viés desses sujeitos. Para tanto, neste capítulo, apresenta-se um panorama sócio-político-cultural do que é chamado de "família", seu papel na sociedade ocidental moderna, e seus desdobramentos no cenário atual do Brasil, considerando o avanço do conservadorismo no país no que tange às políticas sociais.

Mais do que um grupo de indivíduos que compartilhem, ou não, de laços sanguíneos e emocionais, a família aqui é vista como uma instituição organizada que compõem a sociedade moderna (DONZELOT, 1980). Com efeito, apesar de constituir o *social*, esta instituição está em constante disputa no que diz respeito ao seu status: ora é entendida como propriedade privada, algo que não deve sofrer interferências do Estado, ora é compreendida como componente do Estado, e que precisa de seu auxílio e proteção para sua devida conservação (DONZELOT, 1980; LACERDA, 2019).

A primeira seção deste capítulo apresenta uma breve contextualização sócio-histórica do conceito de "família" com o qual opera este trabalho. Em seguida, explora-se o que "família" significa no contexto sócio-político-cultural atual do Brasil. Finalizando o capítulo, uma explanação do conceito de família como propriedade privada, o que entende-se, neste trabalho, como um dos pilares do discurso pró educação domiciliar e é tomado como ponto de partida para as análises realizadas nesta pesquisa.

### 1.1 Qual família?

Evidentemente, não se pretende aqui trazer um conceito próprio do que é uma família, ou o que viria a configurar uma, mas apresentar o embasamento

teórico que me permite analisar os discursos desses sujeitos. Este conceito também é importante para a análise dos dados desta pesquisa, e para responder a pergunta que anuncia esta seção através da perspectiva dos grupos conservadores.

Em razão do contexto da pesquisa, não seria interessante falar sobre o significado de família enquanto instituição milenar estabelecida por convenção social. O que convém é: analisá-la a partir de um momento de transformação social e estabelecimento do que entende-se como família moderna, que, segundo o sociólogo Jacques Donzelot (1980, p. 14), "teria surgido nas camadas burguesas e nobres do Antigo Regime<sup>2</sup> estendendo-se, posteriormente, através de círculos concêntricos, para todas as classes sociais, inclusive o proletariado".

Logo, salienta-se que não necessariamente apenas a elite defende a centralidade da família, visto que as camadas populares aderiram à moral daqueles que as dominavam (DONZELOT, 1980). Entretanto, não se pode afirmar a razão para esta adoção, tão pouco presumir que possuem a mesma natureza, valores ou que produzem os mesmos efeitos na sociedade que aqueles das famílias das classes dominantes.

O autor ainda aponta que, mesmo com as mudanças sociais, a configuração patriarcal permaneceu — e ainda permanece — como modelo ideal de família (DONZELOT, 1980). Ou seja, em síntese, um modelo onde o homem é o responsável por "comandá-la" e a mulher é responsável pela manutenção do lar e cuidado dos filhos. Tal configuração passou a ser considerada, também, como resposta àquilo que seria entendido como desordem social, sendo retirada desse escopo, e vista como algo que não faz parte do social nem do Estado.

Sobre os sujeitos que se identificam com esta família, Donzelot (1980, p. 13) afirma que são:

Principalmente os conservadores, partidários da restauração de uma ordem estabelecida centrada em torno da família, de um retorno a um antigo regime idealizado como também os liberais, que nela vêem o garante da propriedade privada, da ética burguesa da acumulação e, igualmente, o garante de uma barreira contra as intervenções do Estado. (DONZELOT, 1980, p. 13).

---

<sup>2</sup>Refere-se ao período histórico que abrange, principalmente, os séculos XVII e XVIII na Europa, antes das grandes transformações sociais, políticas e econômicas associadas à Revolução Francesa (1789-1799). O Antigo Regime era caracterizado por uma estrutura social rígida, onde a sociedade estava dividida em diferentes estamentos, geralmente os nobres, o clero e o terceiro estado (burguesia e camponeses). Além disso, há neste período um papel central da Igreja na vida social e política.

Refletindo sobre os "conservadores" citados pelo autor, o atravessamento religioso se faz evidente, visto que a igreja "defende os valores morais fundadores da família tradicional" (1980, p. 171). O modelo patriarcal é defendido em textos bíblicos, que reforçam os papéis de gênero e servem como base para ideologias conservadoras, mesmo que não utilizem essas nomenclaturas. Além disso, segundo essas ideologias, família e religião são vistas como instituições do âmbito privado, mesmo que sejam componentes do social.

Sobre a condição dúbia da família em relação ao seu status público/privado, é concluído por Donzelot (1980, p. 45) que:

A família constitui, portanto, um plexus de relações de dependência indissociavelmente privadas e públicas, um elo de liames sociais, que organiza os indivíduos em torno da posse de uma situação (ao mesmo tempo profissão, privilégio e *status*) outorgada e reconhecida por setores sociais mais amplos. É, portanto, a menor organização política possível. (DONZELOT, 1980, p. 13).

É preciso, contudo, traçar um paralelo com o recorte da pesquisa que originou o presente trabalho. Os discursos analisados foram proferidos por sujeitos que compõem a rede da educação domiciliar no Brasil. A rede é composta, majoritariamente, por pessoas brancas, heressexuais e cisgênero, apresentando um expressivo número de componentes ligados à igreja, além de líderes e *think thanks*<sup>3</sup> neoliberais. No canal do Youtube da ANED, a Associação Nacional de Educação Domiciliar, importante ator dessa rede, existe uma série de vídeos postados no fim do ano de 2019 em que famílias que praticam a educação domiciliar, conhecidas como *homeschoolers*, mandam mensagens de "Feliz Natal", todas elas formadas pelo modelo tradicional: pai (homem), mãe (mulher) e filhos. Sendo todas as pessoas dos vídeos brancas.

## 1.2 A família e o avanço do conservadorismo na educação brasileira

Como visto em Donzelot (1980), a crença na família como resposta para o resgate da ordem social não é algo novo, mas é interessante notar que é uma

---

3

Um "*think tank*" é uma organização ou instituição dedicada à pesquisa, análise e desenvolvimento de ideias em diversas áreas, como política, economia, tecnologia, meio ambiente, entre outras. O objetivo principal de um *think tank* é influenciar políticas públicas, fornecer insights para tomadores de decisão e contribuir para debates e discussões relevantes em sua área de atuação.

premissa ainda presente no discurso de grupos conservadores, sobretudo no sul global (PINHEIRO-MACHADO; VARGAS-MAIA, 2023). Miguel (2019) afirma que a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 foi o resultado da guinada à direita no Brasil ocorrida na última década, sendo ele um dos maiores representantes da chamada nova direita do país (LACERDA, 2019). Em seus discursos, durante a campanha da eleição que o elegeu, clamava que seu mandato seria em defesa da família (TEIXEIRA; BULGARELLI, 2023). E isto não é uma coincidência, visto que no mesmo período em que Bolsonaro preparava sua campanha, já havia uma grande movimentação no cenário político, no qual líderes conservadores "pró-família" apresentavam suas indignações frente a conquistas de grupos considerados minoritários como os movimentos negros, feministas e LGBTQIAP+ (LACERDA, 2019). Grupos esses que estariam ferindo a imagem e honra da família.

Em relação à educação do país, poucas foram as propostas de Jair Bolsonaro durante seu mandato, porém, a agenda estudada na presente pesquisa foi uma das que recebeu atenção do então presidente. Tomando a família como base de suas políticas públicas (TEIXEIRA; BULGARELLI, 2023), dentre suas prioridades de 100 dias de governo estava a regulamentação da educação domiciliar. A da PL 2.401/2019 (já arquivada), assinada, também, por dois importantes atores na rede da educação domiciliar no Brasil: o então Ministro da Educação, Abraham Weintraub, que defendia a regulamentação da prática como uma "questão de liberdade"; e a então Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damarens Alves, que entendia que regulamentar o homeschooling era "uma questão de direitos humanos".

Marina Basso Lacerda (2019) defende que o movimento da nova direita brasileira ganhou força em resposta a ganhos político-sociais de grupos marginalizados, o que supostamente acarretaria em perdas de privilégios da classe média e da elite. Não levou muito tempo para que esta movimentação refletisse na seara da educação, o que é compreensível quando se tem em vista que a escola é entendida como um lugar de disputa ideológica (APPLE, 2003). Falácias como a temida "doutrinação ideológica" que estaria acontecendo nas escolas por parte de professores esquerdistas, ou a famigerada "ideologia de gênero", conceito que não é explicado nem mesmo por quem o perpetua. Porém, como apontam Teixeira e Bulgarelli (2023), a expressão passou a ser capaz de produzir engajamento político com o avanço do conservadorismo no país.

Pode-se dizer que o movimento contra a "ideologia de gênero" nas escolas ganhou força através do uso do que Rosana Pinheiro-Machado chama de "fatos alternativos" (2023, p. 85) em campanhas políticas por parte de parlamentares de direita, em especial, de Jair Bolsonaro. Apesar da autora usar o termo para falar das verdades alternativas para narrar a realidade durante o tempo da pandemia do COVID-19, a tática é utilizada pelo ex-presidente ainda quando deputado federal. Como aponta Lacerda (2019), o político apelidou de "kit gay" o programa Escola sem Homofobia, proposto pela então presidente Dilma Rousseff, no ano de 2013. No discurso do parlamentar, o programa tinha o intuito de "esculhambar com os valores familiares" (LACERDA, 2019, p.74).

Programas como o Escola Sem Partido (ESP) e a militarização das escolas, surgem, então, como resposta para essas famílias que querem proteger seus filhos dos supostos perigos da escola. Quando o ESP falha em ser implementado nas escolas, e a militarização é posta apenas em escolas periféricas, a saída que essas famílias encontram, então, é a educação domiciliar. Uma educação realizada, em sua maioria, no seio familiar, onde a socialização da criança e jovem acontece em ambientes em que a família considera o mais apropriado, segundo suas próprias convicções, e o conteúdo ensinado é aquele que a família julga ser o que melhor vai atender às suas necessidades (CECCHETTI, TEDESCO, 2020). A respeito da relação entre essas agendas conservadoras na seara da educação, Elcio Cecchetti e Anderson Luiz Tedesco afirmam:

Não por acaso, movimentos como o Escola sem Partido e contrários à "ideologia de gênero" também defendem o homeschooling como modelo ideal de educação, já que ambos se fundamentam no mesmo princípio, qual seja: de que a formação dada pela escola não deve interferir nos princípios e nos valores adotados pela família. (CECCHETTI, TEDESCO, 2020, p. 4).

Entram em questão, então, os papéis de gênero da família, visto que, por mais que alguns discursos pró educação domiciliar defendam que a prática seria realizada não apenas pelos pais e mães dos alunos e alunas, em uma família patriarcal, quem ficaria responsável pela educação dos filhos e filhas seria a mulher, a mãe. Como mencionado anteriormente, a defesa da família patriarcal é intrínseca à religião. Lacerda (2019, p. 39) afirma que "a direita cristã ter se tornado um ator político se deu em grande medida em reação ao avanço feminista e LGBT". E

quando tais assuntos adentram o ambiente escolar passa a ser uma preocupação dessas famílias.

O trabalho de Lacerda (2019) ajuda a ilustrar o que está sendo apresentado nessa seção. A fim de estudar o comportamento da nova direita brasileira, fazendo um balanço do avanço do neoconservadorismo<sup>4</sup> desde o contexto estadunidense de Reagan até a ascensão de Jair Bolsonaro no Brasil, a autora utiliza de discursos de parlamentares, sobretudo de deputados federais, na câmara. Segundo a autora, a "defesa da família patriarcal" seria o segundo argumento mais utilizado por parlamentares "pró-família" em discursos na Câmara de Deputados. Seu trabalho traz uma fala proferida pelo deputado federal Pastor Eurico, autor de um dos projetos de lei analisados neste trabalho, que exemplifica o trabalho da direita cristã na defesa da família:

[...] quero informá-los que temos aqui no Congresso Nacional um exército de defensores da família, da vida humana e da liberdade religiosa atento 24 horas por dia a todas as investidas dos inquisidores da família, da moral e dos bons costumes. (Deputado Pastor Eurico - PSB/PE, discurso em Plenário em 22/11/2013). (LACERDA, 2019, p. 72).

A fala foi proferida em uma audiência sobre "ideologia de gênero", e como esta era uma ameaça contra o "conceito tradicional de família": a patriarcal. Um dos temores das famílias conservadoras, em especial as cristãs, é de que seus filhos e filhas não constituam uma família, ou seja, não se unam matrimonialmente com outra pessoa de sexo oposto, e que não tenham filhos. Ressaltando que, para a manutenção da família, o objetivo da união entre homem e mulher é, justamente, o de dar continuidade à humanidade, por meio da procriação (DONZELOT, 1980) . Logo, a "ideologia de gênero" nas escolas seria uma ameaça direta à continuidade da família, uma vez que estaria "corrompendo" as crianças e jovens (LACERDA, 2019).

Nesse momento, as famílias passam a usar o argumento do "direito natural", pois, naturalmente, as famílias teriam direito de fazer o que bem entendessem sobre a educação de seus filhos e filhas, sem a intervenção do Estado. Ocorre, então, um atravessamento com outro importante grupo para a aliança conservadora, os neoliberais. "Meus filhos, minhas regras", discurso utilizado pelo Escola Sem

---

<sup>4</sup> Segundo a autora, o neoconservadorismo é a aliança entre grupos conservadores, liberais e religiosos.

Partido, passou a ser difundido entre essas famílias e a ser incorporado em discursos pró educação domiciliar por famílias que clamam por uma diminuição da interferência do Estado no que consideram ser do âmbito privado. Assim, os filhos e filhas, e também as esposas, seriam propriedade dos pais (homens). Como ressalta Lacerda, a ideia de privacidade "incluía também, para os conservadores, o poder do homem controlar sua família; de controlar os corpos de suas esposas, filhos e escravos" (2019, p. 41).

Ainda na perspectiva neoliberal, cabe ressaltar que o direito de escolha é uma das premissas fundamentais do neoliberalismo<sup>5</sup> (OLIVEIRA, BARBOSA, 2017), e, no discurso em defesa do homeschooling, é posto como se os pais não tivessem esse direito respeitado. Entra, então, a concepção de "liberdade"; as famílias não estariam sendo livres para escolherem como querem educar seus filhos. É importante ressaltar, porém, que movimentos liberais, e suas ramificações, são historicamente adversos à escolarização compulsória, entendendo que a educação não deveria ser preocupação do Estado, mas das famílias (OLIVEIRA, BARBOSA, 2017). Com efeito, a regularização da educação domiciliar seria a garantia dos direitos individuais das famílias.

### **1.3 Família x Estado x Mercado: Homeschooling e a ideologia privatista**

Constatamos, até então, que, do ponto de vista conservador, a família é aquela cristã, que segue o modelo patriarcal, sendo "a menor organização política possível" e que, segundo os argumentos coletados nesta pesquisa, é uma instituição anterior ao Estado, considerada do âmbito privado, mas que compõe o social. Todas essas premissas ecoam um discurso neoliberal e corroboram a ideia do âmbito privado da família, mencionada anteriormente, ideia esta que, em conjunto com argumentos de cunho religioso, serve como embasamento para discursos pró educação domiciliar.

A ideologia privatista é uma perspectiva que "inclui o poder privado do livre mercado e o poder privado do patriarcado" (LACERDA, 2019, p. 53). Em outras palavras, ela enfatiza a importância da esfera privada em oposição à intervenção ou influência do Estado em determinados aspectos da vida e, nesse sentido, destaca a

---

<sup>5</sup> O neoliberalismo é uma abordagem política e econômica que enfatiza a importância da livre iniciativa, do mercado livre e da redução da intervenção do Estado na economia (APPLE, 2003).

autonomia da família em tomar decisões relacionadas a questões como religião, educação dos filhos e estrutura familiar. Mesmo que o que esteja em questão seja o poder da família, é preciso ter em mente que, no modelo, o poder patriarcal está centrado no "chefe da família", ou seja, o homem. Poder esse que o permite controlar os corpos de suas esposas e filhos.

Entretanto, não se pode esquecer que o âmbito público ainda surte efeitos na família por meio de políticas públicas intermediadas por equipamentos sociais, tais como a escola (SCHEINVAR, 2006). De acordo com a autora, "o âmbito público faz-se presente nas relações privadas da família, intervindo e marcando a hibridação entre o público e o privado" (2006, p. 50). A partir desse ponto de vista, hoje em dia, a escola teria a função de intervir (em nome do Estado) na relação entre a família e seus filhos e filhas, que são vistos como de sua propriedade.

A relação com o âmbito privado tem como parâmetro o acesso à propriedade privada, relação extensiva à família e, nela, à criança. A tutela, o domínio sobre os filhos, é produzida a partir da lógica privada, levando a que infância, politicamente, expresse dependência, submissão, propriedade. (SCHEINVAR, 2006, p. 50).

Ainda segundo o pensamento neoliberal, a escola faz parte do mercado, logo, as famílias dos estudantes são entendidas como clientes dessa instituição, e nessa perspectiva, a "qualidade é simplificada e medida pela eficiência e pela produtividade a partir dos resultados das *performances* dos sujeitos" (CASANOVA; FERREIRA, 2020, p. 7). Logo, as famílias julgam a *qualidade* do currículo da escola com base na performance de seus filhos e filhas. Porém, a crítica dessas famílias não se limita às questões de curricularização, como apontam as autoras Letícia Casanova e Valéria Ferreira (2020, p. 8):

Para poder alastrar-se, o neoliberalismo estabelece uma aliança com os neoconservadores, a fim de fornecer condições educacionais para aumentar a competitividade, o lucro e a disciplina, além de retomar as concepções de família e de escola de um passado romantizado. Essa aliança produz ataques tanto ao currículo quanto aos professores por vieses "antifamília", e esse discurso se fortalece a favor da restauração de uma educação conservadora. (CASANOVA, FERREIRA, 2020, p.8)

Seguindo a lógica de mercado, a família, instituição privada e cliente da escola, tem o direito de fiscalizar o serviço que está sendo "contratado" e buscar por outras opções quando não tem suas necessidades atendidas. Dentre as outras opções está a educação domiciliar, uma educação realizada no núcleo familiar, ou seja, sem intervenção da escola ou do Estado, onde os filhos e filhas, as propriedades, permanecem sob tutela das famílias em tempo integral, a fim de fortalecer o vínculo e a imagem da família tradicional.

Porém, qual o lucro do neoliberalismo na educação domiciliar? A análise da rede de educação domiciliar mostra o interesse na venda de livros didáticos e até mesmo cursos *online* para famílias homeschoolers por parte de alguns atores. Ou seja, existe, também, um interesse no mercado de materiais escolares por trás da defesa da prática. Materiais esses que iriam de acordo com o que a família deseja que seus filhos e filhas aprendam, incluindo questões anticiência como criacionismo, como é o caso dos livros didáticos da Editora Cidade de Deus, recomendada pelo Canal Déia e Tiba, ator na rede da educação domiciliar no Brasil, formado por um casal católico que pratica educação domiciliar e conta com mais de 500 mil inscritos no Youtube<sup>6</sup>.

Através desses mecanismos, a família protege seus interesses individuais, mantendo seus filhos sob sua vigília e os "protegendo" das intervenções do Estado. A ideologia privatista no *homeschooling* não se dá por meio do discurso hegemônico do privado ser melhor do que o público, apesar de usar a (falta de) qualidade como argumento, mas, sim, no sentido de que o público não possa mais "prejudicar" a família. Em uma sociedade capitalista e neoliberal, onde tudo é uma moeda e troca e até mesmo o trabalho infantil de determinadas camadas sociais é aceito, os filhos e filhas são vistos como algo que vá trazer algum retorno aos pais, e no contexto desta pesquisa, o retorno seria dar continuidade à família.

---

<sup>6</sup> [https://www.youtube.com/channel/UCOx0fS\\_4\\_4ZtpmXxgMRhbg](https://www.youtube.com/channel/UCOx0fS_4_4ZtpmXxgMRhbg)

### 3. Sobre a Análise Temática (AT) e a Análise de Discurso (AD)

Este breve capítulo não tem o intuito de ser valorativo em relação a essas duas modalidades de análise, mas, sim, apontar onde elas se aproximam e onde se distanciam. Cabe destacar que, como dito anteriormente, o presente trabalho surgiu de uma pesquisa maior em que foi utilizada a Análise Temática para análise dos argumentos, e foi a partir do mapeamento realizado nesta pesquisa que a Análise de Discurso foi realizada. Para apontar suas aproximações e distanciamentos, é apresentado, primeiro, como sucedeu a aplicação da Análise Temática nos argumentos proferidos pelos atores que compõem a rede da educação domiciliar no Brasil, e logo após é traçado um paralelo entre os conceitos em questão. Referente à Análise Temática (AT), é utilizado como base o trabalho de Virginia Braun e Victoria Clarke (2006) e à Análise de Discurso (AD) aqui proposta é a materialista, proveniente dos trabalhos de Michel Pêcheux.

#### 3.1 Análise temática

Após a identificação, elaboração gráfica e análise da rede de atores em defesa da educação domiciliar no Brasil, por meio da etnografia de redes (BALL, 2014; HOWARD, 2002), a pesquisa passou a focar na análise dos argumentos em prol da regulamentação da prática proferidos pelo que foi chamado de "atores". Para tanto, a metodologia utilizada foi a análise temática, que, em linhas gerais, é um método qualitativo que identifica, analisa e relata padrões (temas) nos dados de uma pesquisa (BRAUN; CLARKE, 2006).

As autoras propõem que a AT seja aplicada em seis fases (2006, p. 62), sendo elas:

1. Familiarização com os dados: Transcrição dos dados (se necessário), leitura e releitura dos dados, anotando ideias iniciais.

2. Geração de códigos iniciais: Codificação de características interessantes dos dados de maneira sistemática em todo o conjunto de dados, reunindo dados relevantes para cada código.
3. Busca por temas: Agrupamento de códigos em possíveis temas, reunindo todos os dados relevantes para cada possível tema.
4. Revisão dos temas: Verificação se os temas funcionam em relação aos trechos codificados e ao conjunto de dados completo, gerando um 'mapa' temático da análise.
5. Definição e nomeação de temas: Análise contínua para refinar os detalhes de cada tema e a história geral que a análise conta, gerando definições claras e nomes para cada tema.
6. Produção do relatório: A última oportunidade para análise. Seleção de exemplos vívidos e convincentes, análise final dos trechos selecionados, relacionamento da análise com a pergunta de pesquisa e literatura, produção de um relatório acadêmico da análise.

Entretanto, Braun e Clarke (2006) ressaltam que as fases não são realizadas de maneira linear, mas de maneira recursiva. Ou seja, o processo pode não ocorrer simplesmente indo de uma fase a outra consecutivamente, mas que o pesquisador ou pesquisadora podem, e devem, fazer o movimento de ir e voltar entre as fases quantas vezes forem precisas durante a elaboração da pesquisa.

A familiarização com os dados, fase 1, aconteceu desde o momento de sua coleta, que ocorreu de maneira virtual e contou com fontes variadas, como redes sociais, plataformas de vídeos, sites oficiais dos atores e, até mesmo, site da câmara federal. Sendo as falas proferidas respeitando a mesma janela temporal da criação da rede. Os argumentos foram lidos e relidos inúmeras vezes, em um processo que pode ser demorado e cansativo, mas que é imprescindível para a aplicação da AT (BRAUN; CLARKE, 2006). Após a fase da familiarização, os dados foram agrupados em diferentes tabelas, cada uma dando conta de um código inicial que os caracterizassem, fase 2 da AT. Vale ressaltar que o mesmo texto pode estar presente em mais de um agrupamento, seja nos códigos iniciais ou, posteriormente, nos grandes temas (BRAUN; CLARKE, 2006).

Nesse momento existe uma decisão importante a ser tomada pela pessoa realizando a pesquisa referente ao "nível" que cada tema será identificado: se a

nível semântico ou explícito, ou a nível latente ou interpretativo (BRAUN; CLARKE, 2006). Segundo as autoras, em uma abordagem semântica, o/a analista não está olhando nada "além" do que foi dito ou escrito. Nessa perspectiva, os dados são organizados a fim de mostrar os padrões identificados, para que o/a analista, assim, teorize a recorrência desses padrões e sua importância para a pergunta de pesquisa, analisando, de maneira descritiva, seus significados e implicações, normalmente os relacionando com textos anteriores (BRAUN; CLARKE, 2006).

O nível latente, por sua vez, vai além do conteúdo semântico dos dados, buscando as ideias "por trás" do texto, as entrelinhas, suas ideologias (BRAUN; CLARKE, 2006). Sendo assim, apontam as autoras que, para uma AT de abordagem latente, "o desenvolvimento dos temas em si envolve trabalho interpretativo, e a análise resultante não é apenas uma descrição, mas já está teorizada" (BRAUN; CLARKE, 2006, p. 84, tradução minha). E foi através dessa ótica que a AT foi aplicada nos argumentos pró educação domiciliar da rede elaborada nesta pesquisa. Os códigos, elementos da segunda fase da AT, foram pensados a partir das ideias que cada fala coletada apresentou, embasados por toda a pesquisa teórica realizada para a elaboração e análise da rede. Do mesmo modo foram elaborados os temas oriundos dos dados da pesquisa. Apesar de muitos serem nomeados a partir do léxico presente nos textos, por serem termos utilizados no discurso da nova direita, os temas surgiram a partir da interpretação teórica do que estava presente nos trechos coletados.

A respeito dos temas, as autoras afirmam que eles "capturam algo importante sobre os dados em relação à pergunta de pesquisa, representando algum nível de resposta ou significado padronizado dentro do conjunto de dados" (BRAUN; CLARKE, 2006, p. 82, tradução minha). Porém, as autoras ressaltam, também, a importância do papel ativo do pesquisador ou pesquisadora nesse processo, pois os temas não surgem ou são concedidos pelos dados, mas são identificados e selecionados pelo analista, responsável por selecionar aqueles que façam sentido para sua pesquisa (BRAUN; CLARKE, 2006). A pergunta da pesquisa onde a AT foi aplicada é: "Quais os argumentos utilizados pelos atores que compõem a rede em defesa da educação domiciliar no Brasil?". Logo, os temas foram criados a partir dessa problemática.

Com isso em mente, é realizada a fase da revisão dos temas, fase quatro, momento onde se é certificado se os temas propostos de fato se sustentam e fazem

sentido para a pesquisa. Como dito anteriormente, na AT é normal o processo de ir e vir através do processo metodológico, então os argumentos foram relidos mais uma vez, para que fossem padronizados os temas e pudesse ser passado para a próxima fase, a de definição e nomeação dos temas e subtemas, fase cinco. Ao todo, foram criados 11 temas, sendo que dois deles possuem um subtema cada. Referente à sexta etapa, que consiste na produção de um relatório acadêmico sobre os achados da pesquisa, encontra-se atualmente em processo de desenvolvimento em conjunto pelo Coletivo Redes, grupo de pesquisa mencionado na introdução deste texto.

O presente trabalho não pretende focar na AT aplicada nos argumentos, entretanto, para uma melhor explanação do método em questão, a seguir é apresentado um tema, o que ele significa dentro da pesquisa, e um exemplo de argumento que o compõem. Para que faça sentido com o que está sendo proposto neste trabalho, o tema escolhido foi o denominado "Centralidade da família". Os argumentos presentes neste tema são aqueles que trazem a família como instituição central na educação dos filhos, papel que teria sido usurpado pela escola (ou Estado). No caso da defesa da educação domiciliar, os argumentos afirmam que este seria um direito inerente à família. Dentre as falas que compõem este tema, está a fala da deputada federal Caroline de Toni, proferida em sessão solene na Câmara de Deputados<sup>7</sup>:

A educação domiciliar, que antes deveria ser exaltada, mas o que a gente vê no Brasil é esse inverter da lógica, é uma perseguição a essas famílias, a esses pais que exercem esse sagrado direito de educar seus filhos. Muitos pais no sul do Brasil estão sendo vigiados por drones pelo Estado por exercer o direito natural, e depois da decisão do supremo tribunal federal cabe aqui denunciar: muitas famílias estão sendo processadas diariamente pelo estado brasileiro. O direito do ensino domiciliar é um direito natural e não pode ser repudiado pelo Estado, afinal de contas, mesmo antes de existir o Estado na modernidade, existiam as famílias. Existiu e sempre existe o direito natural dos pais educarem seus filhos. (HOMESCHOOLING EM SALVADOR, 2019)

Como é possível ver, segundo o argumento da deputada, a família tem o "direito divino" de praticar a educação domiciliar e este direito estaria sendo mitigado pelo Estado. Logo, além da centralidade da família explícita da retórica da

---

<sup>7</sup> Disponível em:

[https://www.youtube.com/watch?v=ztNGzGZKfzA&t=89s&ab\\_channel=HomeschoolingemSalvador](https://www.youtube.com/watch?v=ztNGzGZKfzA&t=89s&ab_channel=HomeschoolingemSalvador)

parlamentar, existe, também, a tensão entre família e Estado. Tensão esta que serve como temática central deste trabalho.

### 3.2 AT x AD: semelhanças e diferenças

O primeiro ponto a ser colocado é que, diferentemente da AT, a AD não se trata de uma metodologia de análise de dados, mas um "dispositivo de análise ou instauração de novos gestos de leitura [que] leva em conta o confronto do contato do histórico com o lingüístico, que constitui a materialidade específica do discurso" (ELICHIRIGOITY, 2007, p.2). Em AD, "procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história " (ORLANDI, 2012, p. 15).

Outra diferença é apontada, também, por Braun e Clarke (2006), quando as autoras afirmam que AD e AT estão em campos diferentes, pois o primeiro apresenta diferentes manifestações no método, dentro do vasto campo teórico, enquanto o segundo é "essencialmente independente de teoria e epistemologia, podendo ser aplicado entre uma variedade de abordagens teóricas e metodológicas" (BRAUN, CLARKE, p. 78).

Entretanto, existem também semelhanças. No trabalho intitulado *Análise automática do discurso (AAD-69)*, Pêcheux (1997) comenta sobre métodos aparentemente são "não linguísticos", "o que não quer dizer que não se baseiam em conceitos de origem linguística" (PÊCHEUX, 1997, p. 63). Especificamente sobre análise por categorias temáticas, o autor afirma que:

a análise se situa , desta vez, em um nível *supralinguístico*, pois o que está em questão é o acesso ao *sentido* de um segmento do texto, atravessando-se sua estrutura linguística; codificar ou caracterizar um segmento é colocá-lo em uma das classes de equivalências definidas, a partir das significações, pelo quadro da análise, em função do *juízo do codificador*, sobre a presença ou ausência, ou sobre a intensidade da apresentação do predicado considerado. (PÊCHEUX, 1997, p. 65)

Sobre o julgamento do codificador, ou seja, de quem está aplicando a análise, o autor defende que

se estabelece, pois, com base em *indicadores* cuja pertinência linguística não está fixada (palavra, frase, "tema"...), o que exige qualidades psicológicas complementares como a fineza, a

sensibilidade, a flexibilidade, por parte do codificador para apreender o que importa, e apenas isto. (PÊCHEUX, 1997, p. 65)

Tal constatação vai de acordo com o que Braun e Clarke (2006) afirmam sobre a importância do papel ativo de quem realiza a pesquisa na leitura dos dados e identificação/elaboração dos temas. Além disso, Pêcheux (1997, p. 65) afirma que "nesta perspectiva, a análise não pode ser uma sequência de operações objetivas com resultado unívoco", o que também corrobora a noção de flexibilidade metodológica na aplicação da AT defendida por Braun e Clarke (2006), além de seu caráter recursivo no que diz respeito às fases propostas pelas autoras.

Sendo esta uma pesquisa que, em primeira instância, a análise dos dados e criação dos temas aconteceu em grupo, é interessante refletir sobre o "consenso implícito ou explícito" necessário entre os/as analistas quando o trabalho é realizado em equipe, mencionado por Pêcheux (1997, p. 65). De acordo com Festinger e Katz (1963, p. 530 *apud* Pêcheux, 1997, p. 65), "para que a codificação seja obra de uma equipe de codificadores, é necessário que todos eles apliquem as mesmas definições e o mesmo sistema de referência ao curso de suas operações". O que reforça a necessidade da leitura e releitura inumerável dos dados em AT.

Outro ponto que merece ser destacado nesta seção é a questão do sujeito, fundamental para a AD pecheutiana. Pêcheux (1995) argumenta que o discurso é permeado por relações de poder entre classes e ideologias, e este atravessamento econômico e ideológico surte efeito no discurso do sujeito, ocorrendo, então, "o assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico" (ELICHIRIGOITY, 2007, p.3). Com efeito, o sujeito, a partir da sua posição na luta de classes, passa a fazer parte de uma *formação ideológica*, que compreende "um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais nem universais" (ELICHIRIGOITY, 2007, p.3). Em resumo, a *formação ideológica* é um campo de batalha simbólico onde as classes sociais expressam e contestam suas posições, contribuindo para a reprodução ou transformação das estruturas sociais.

Compondo as *formações ideológicas*, estão as *formações discursivas*, que são conjuntos complexos de discursos que são influenciados por ideologias dominantes em determinados momentos históricos e contextos sociais (ELICHIRIGOITY, 2007). Segundo Maria Teresinha Py Elichirigoity (2007, p. 3), as *formações discursivas* "determinam o que pode e deve ser dito (pelo sujeito assujeitado), a partir de uma posição dada numa conjuntura". Mas o que isso teria a

ver com AT? Bem, os argumentos analisados, os discursos, são de sujeitos que fazem parte de uma determinada formação ideológica e utilizam de formações discursivas pertencentes a esta formação, logo, suas falas são permeadas por ideologias da classe à qual pertencem.

Por mais que os conceitos utilizados não sejam linguísticos, a AT considera as condições sócio-históricas-culturais em que os dados coletados foram empregados, e, principalmente, por quem os emprega. Isto não quer dizer que são conclusões feitas "*a priori*", mas que o/a analista teve a *sensibilidade* — parafraseando Pêcheux (1997) — de interpretar a natureza do argumento, dando a devida importância a todos os aspectos externos que envolviam o ator, ou sujeito, que tenha articulado o texto em questão.

Entretanto, se faz necessário mencionar a crítica do autor em relação a este método, afirmando que existe um "risco-limite", pois a "análise assim concebida reproduza em seus resultados a grade de leitura que a tornou possível por um fenômeno de participação em reflexo entre *objeto* e o *método* que se dá como tarefa de apreender esse objeto" (Pêcheux, 1997, p. 66, grifos do autor). Ou seja, o autor teme que esse tipo de análise possa ser limitado, pois pode negligenciar a complexidade das relações de poder, ideologias e condições sociais que permeiam a produção e a recepção dos discursos. No capítulo subsequente é apresentada a AD de textos também oriundos da rede de atuação em defesa da educação domiciliar no Brasil.

## 4. Sobre a análise discursiva dos projetos de lei pró educação domiciliar no Brasil

Neste capítulo, apresentam-se os dados analisados na presente pesquisa, descrevendo o processo metodológico e compartilhando os resultados das análises. Diferentemente do processo da análise temática aplicada anteriormente, onde foram considerados argumentos proferidos em diversos meios e mídias, para a análise de discurso, os estudos focaram em um tipo específico de texto: as justificativas presentes em projetos de lei pró educação domiciliar. Além de ser uma maneira de comprimir o arquivo, os textos apresentam os *objetivos políticos* por trás da defesa da prática, trazendo a visão dos autores e autoras a respeito da realidade atual e argumentando de maneira a persuadir os demais membros da câmara a aprovarem a emenda proposta.

Vale destacar que esta análise foi fortemente inspirada no trabalho de Pêcheux e Wesselius intitulado "*A respeito do movimento estudantil e das lutas da classe operária: 3 organizações estudantis em 1968*" (1977), onde os autores analisaram textos de panfletos utilizados por movimentos estudantis em 1968. A palavra-chave escolhida para a análise no trabalho foi a palavra "luta", e assim como o trabalho realizado para a presente pesquisa, a palavra-chave também foi escolhida a partir de um mapeamento prévio realizado nos textos em questão.

Como mencionado anteriormente, foi tomado *família* como palavra-chave para a análise das justificativas dos projetos, considerando, também, os demais termos que a retomassem ao longo do discurso (pais e mães, responsáveis legais, genitores/as, guardiões/ãs, etc.), identificando suas relações com o Estado na trama textual, e observando os verbos que os tensionam. Em uma tabela, foram separados os trechos que continham o item lexical, destacando os sintagmas que o caracterizavam semanticamente e observando se havia uma tensão explícita, ou não, com o Estado. Observando, também, qual era o papel do termo *família* e Estado nos textos selecionados, pois, como afirma Barbosa Filho, "não importa dizer quais palavras ou expressões ocorrem em um texto, mas como elas estão funcionando na trama textual" (2022, p. 148).

Para um melhor entendimento da origem dos textos analisados neste capítulo, os mesmos foram identificados por códigos. No total, foram 5 projetos de lei, identificados por PLx, sendo que x representa a PL em questão, e os trechos identificados como PLxTy, sendo que y representa o trecho em que existe a ocorrência do termo "família", ou de determinado termo que cumpra o mesmo papel semântico.

#### 4.1 Sobre os projetos de lei e seus proponentes

Os cinco projetos de lei (PL) analisados no presente trabalho são:

(PL1) PL 3262/2019 proposta pelos deputados federais Chris Tonietto (Partido Liberal-RJ), Dr. Jaziel (Partido Liberal-CE), Bia Kicis (Partido Liberal-DF) e Caroline de Toni (Partido Liberal-SC)<sup>8</sup>

(PL2) PL 5852/2019 proposta pelo deputado federal Pastor Eurico (Partido Liberal-PE)<sup>9</sup>

(PL3) PL 10185/2018 proposta pelo então deputado federal, hoje, senador, Alan Rick (UNIÃO-AC)<sup>10</sup>

(PL4) PL 3261/2015 proposta pelo deputado federal Eduardo Bolsonaro (Partido Liberal-SP)<sup>11</sup>

(PL5) PL 3179/2012 proposta pelo deputado federal Lincoln Portela (Partido Liberal-MG)<sup>12</sup>

O primeiro elemento a ser observado é a filiação partidária dos parlamentares que apresentaram os PLs. Dados entre os anos 2012 e 2019, os PLs foram propostos por deputados filiados a partidos conhecidos por seguir ideologias conservadoras. Por mais que este fator não nos permita afirmar nada *a priori*, na análise de discurso baseada em Pêcheux (1997), é imprescindível a consideração

---

<sup>8</sup> Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2206168>

<sup>9</sup> Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2228282>

<sup>10</sup> Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2174364>

<sup>11</sup> Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2017117>

<sup>12</sup> Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=534328>

das *condições de produção do discurso* nas quais o *sujeito* está inserido. Em outras palavras, aspectos socioculturais, políticos e históricos influenciam a produção e interpretação do texto. Além disso, *sujeito* e *ideologia* apresentam uma relação intrínseca, sendo essa responsável pela noção de *sentido* da proposição. Para o autor, o discurso é permeado por relações de poder e ideologias dominantes de uma determinada época.

Ainda sobre os *sujeitos* por trás dos discursos analisados neste trabalho, outro dado importante para que entendamos a formação discursiva por trás do homeschooling no Brasil, é que estima-se que a maior parte de famílias adeptas à prática são cristãs, sendo a maioria evangélicos (VIEIRA, 2012). Esse dado reflete no *corpus*, já que 3 entre os 5 projetos analisados foram propostos por deputados que são pastores evangélicos. A igreja evangélica é a coluna vertebral da nova direita (LACERDA, 2019), porém, nos textos dos PLs analisados, a religião acaba, majoritariamente, no campo do *não-dito*, que, como será mostrado na sequência, faz parte do discurso, mesmo que de maneira implícita.

Especificamente sobre o discurso de parlamentares, Pêcheux (1997, p. 77) argumenta:

Em outras palavras, um discurso é sempre pronunciado a partir de *condições de produção* dadas: por exemplo, o deputado pertence a um partido político que participa do governo ou a um partido da oposição; é porta-voz de tal ou tal grupo que representa tal ou tal interesse, ou então está "isolado" etc. Ele está, pois, bem ou mal, situado no interior da *relação de forças* existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado: o que diz, o que anuncia, promete ou denuncia não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa; a mesma declaração pode ser uma arma temível ou uma comédia ridícula segundo a posição do orador e do que ele representa, em relação ao que diz: um discurso pode ser um ato político direto ou um gesto vazio, para "dar o troco", o que é uma outra forma de ação política. (PÊCHEUX, 1997, p. 77)

Por outro lado, ressalta o autor, o discurso político "deve ser remetido às *relações de sentido* nas quais é produzido" (1997, p. 77). Tais *relações de sentido* referem-se ao processo de remetimento de um discurso a outro prévio, trazendo a

noção de quem profere o discurso, de forma consciente, elabora sua trama de maneira que desperte alguma memória discursiva em quem o ouve ou lê.

## 4.2 O não-dito religioso

Conforme mencionado anteriormente, o fator religioso é um dos fundamentos centrais na defesa da educação domiciliar, porém, nos discursos analisados, sua função é diluída, minimizada. Isso porque, em um Estado laico, leis e projetos de lei não devem privilegiar alguma religião específica, ao menos não de maneira explícita. Logo, nos textos das justificativas desses PLs, argumentos de cunho religioso não podem ser ditos, o que não significa que eles não estejam presentes nos discursos. Sobre isso, Pêcheux e Gadet (2004, p. 58) afirmam: "o não dito é constituinte do dizer, porque o todo da língua só existe sob a forma não finita do não-tudo, efeito da alíngua".

Logo no início do primeiro texto analisado, o do PL1, o *não-dito* religioso se faz presente na argumentação pró homeschooling:

PL1T1

*"A finalidade da educação é desenvolver a sabedoria. Assim, ela deve ser ordenada, portanto, ao fim último do homem, que é a contemplação da Verdade. Dessa forma, observando tal finalidade, **as famílias têm retomado as rédeas do ensino de seus filhos**, trabalhando com afinco para a formação integral de cada um deles numa educação personalizada, humanizada e voltada para o desenvolvimento do intelecto e das virtudes."*

Em adição ao uso de termos valorativos como "educação humanizada", "desenvolvimento do intelecto e das virtudes", que demonstram um certo posicionamento filosófico quanto ao tipo de educação dada pelas famílias, a "Verdade" no texto remete ao texto bíblico "Conhecereis a Verdade e a Verdade vos libertará". Inclusive, o versículo citado foi repetido por Jair Bolsonaro inúmeras vezes durante toda a eleição e no discurso de posse (MARTINS; ALVES, 2022). Não é dito que a educação cristã é o que essas famílias buscam, mas fica implícito no discurso. Assim como o "*desenvolvimento das virtudes*" deixa o questionamento: que virtudes? As virtudes poderiam ser a partir das perspectivas dos sujeitos autores/as dos discursos (deputados e deputadas de direita), mas isso também estaria implícito no texto.

Sobre a problemática do implícito, vemos em Ducrot que "pode, de certo modo, ser posta sob a responsabilidade do ouvinte: este é tido como aquele que a

constitui por uma espécie de raciocínio, a partir da interpretação literal da qual, em seguida, ele tiraria, por sua conta e risco, as conseqüências possíveis (1977, p. 20). Em outras palavras, as respostas aos *não-ditos* nesses, nessa perspectiva, devem ser de quem "recebe" do discurso, que irá interpretar segundo sua própria formação discursiva, assim, o sujeito se beneficia desse "silêncio".

Ainda no PL1, outros fatores religiosos não-ditos aparecem ao longo do texto, como em:

PL1T2

*"[...] o homeschooling, é um **direito dos pais**, por Lei Natural"*

PL1T5

*"A educação dada **pelos pais** é um direito natural garantido aos **genitores** [...]"*

Por quem foi dado esse direito às famílias? Por Deus? Mesmo que não possamos inferir essa resposta, é uma interpretação possível considerando a formação discursiva sobre a educação domiciliar no Brasil. O uso do termo "natural" está associado à naturalização de relações social e culturalmente construídas. Através da interpretação bíblica, é da natureza (feita por Deus, já que tudo foi feito por Ele) que as famílias tenham direito de educar seus filhos em casa.

No PL2, esta "inferência" se faz ainda mais possível. Ela foi proposta pelo deputado federal Pastor Eurico, e inicia com a seguinte proposição:

PL2T1

*"Nosso mandato sempre foi e sempre será em **defesa da família!** Sempre!"*

O texto da PL2, assim como a maior parte dos 5 projetos analisados, não especifica qual família é esta que precisa ser defendida, nem quem ou o que seria a ameaça. Porém, o mesmo parlamentar, no mesmo ano que propôs o PL2, propôs o PL 4590 de 2019, que visa a criação do "Estatuto da Família", afirmando que:

*Diante de um contexto contemporâneo de extrema confusão e desarranjo social e familiar, faz-se necessário reafirmar o entendimento milenar de família, que é a entidade **constituída a partir da união de um homem e de uma mulher**, denominados respectivamente de pai e mãe, por meio de casamento ou de união estável, com ou sem a existência de filhos. (BRASIL, 2019, grifos meus).*

Pêcheux (1995) argumenta que o sentido é construído através de referências interdiscursivas, a partir dessa premissa é possível responder às questões deixadas

pelo PL2. A família que precisa ser defendida é aquela formada por um casal heterossexual e cisgênero, e o perigo seria o "desarranjo social", ou seja, tudo aquilo que fere a imagem tradicional da família. Tal desarranjo estaria acontecendo, inclusive, na escola, e, por isso, seria necessário tirar os filhos desse ambiente e educá-los somente em casa. No que diz respeito à proteção da família à criança, Donzelot (1980, p. 28) atesta que "o que perturba as famílias são os filhos adulterinos, os menores rebeldes, as moças de má reputação, enfim, tudo o que pode prejudicar a honra familiar, sua reputação e sua posição".

O fator religioso, porém, não está limitado ao campo do não-dito. Dentre os textos analisados, o do PL4, traz explicitamente a religião como argumento em defesa da pauta:

PL4T8

*"a opção [...] pela adoção de ensino domiciliar perpassam [sic] por vários motivos, sejam ideológicos, sociais, morais, éticos, de crença entre tantos outro"*

PL4T9

*"[...] preocupação e inquietude em questões relacionadas a violência, drogas, sexualidade precoce, bullying, valores culturais e religiosos etc"*

Utiliza, ainda, de um respaldo legal para embasar seu ponto de vista, ao afirmar que:

PL4T13

*"a Convenção Americana dos Direitos Humanos, conhecida como Pacto de São José da Costa Rica, no artigo 12.4, garante que "os pais e, quando for o caso, os tutores, têm direito a que seus filhos e pupilos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com sua próprias convicções."*

Aqui, mais do que uma opção ou direito de escolha, a educação voltada a convicções religiosas da família é assegurada por um tratado internacional do qual o Brasil é signatário. Segundo a Constituição Federal de 1988, entretanto, tratados internacionais sobre direitos humanos, como o Pacto de São José da Costa Rica, apresentam características de norma supralegal, porém, infraconstitucional. Em outras palavras, em casos excepcionais, eles podem estar acima da lei ordinária, mas sempre abaixo da Constituição (MACEDO NETO, 2016).

### **4.3 A tensão Família x Estado**

Todos os textos analisados nesta pesquisa apresentam uma característica em comum: são estruturados a partir da dicotomia *Nós* e *Eles*. Sendo "nós" a família e "eles" tudo aquilo que não a compõem, como visto acima no caso do PL2, e isso

inclui o Estado. Mesmo que esta não fosse a ideia original de minha pesquisa, o próprio corpus mostrou que o Estado desempenhava um importante papel nas justificativas dos PLs, seja como inimigo, seja como aliado da família.

O PL1 introduz o Estado de maneira "oculta", ainda sem mencioná-lo de fato:

PL1T1

*"as famílias têm retomado as rédeas do ensino de seus filhos"*

A locução verbal "*têm retomado*", além de sinalizar que a educação domiciliar já vem sendo praticada — mesmo sem a autorização do Estado —, nos diz que é algo que está sendo colocado em prática *novamente*. O homeschooling seria um direito que foi retirado das famílias. E antes que nos perguntemos quem *tomou* esse direito, o próprio PL1 segue:

PL1T3

*"Quando o Estado usurpa o múnus de ensinar das famílias, ele sufoca a possibilidade de uma educação integral [...]"*

Vê-se, então, que quem toma o direito, ou dever, da família de educar seus filhos em casa é o Estado. A escolha do verbo "usurpa" mostra que, para as pessoas que propuseram o PL, o Estado tomou de forma ilegítima ou indevida o papel que seria da família no que tange à educação de seus filhos, e ainda "sufoca" aquilo que chamam de educação integral. Uma paráfrase possível deste trecho é: "*O Estado usurpador tomou o papel de educar, que pertence às famílias, e ainda oferece uma educação limitada*".

O texto continua nos mostrando as relações de poder entre família e Estado, e aqui utiliza do dito "Direito Natural", um argumento filosófico, ou religioso, e que esse direito seria anterior ao Estado.

PL1T8

*"[...] famílias que têm escolhido essa modalidade de ensino, fazendo uso do Direito Natural, anterior ao Estado, têm sido vítimas de perseguição jurídica"*

Aqui vemos que, além de estarem praticando algo não legitimado pelo Estado, — amparadas pelo "direito natural" — as famílias são colocadas como vítimas nessa situação. Porém, existe uma contradição aparente nesse discurso. Outra paráfrase possível aqui é que "*Famílias adeptas a uma prática fora da lei vigente são vítimas de perseguição jurídica*", o que torna mais visível a contradição.

Vale lembrar que a educação domiciliar, em si, não é uma prática ilegal, mas ao não matricular os filhos na escola, os pais (as famílias) estão cometendo o crime de abandono intelectual, segundo o Código Penal Brasileiro. Logo, o questionamento que fica é: como alguém que pratica algo não assegurado por lei pode estar sendo vítima de perseguição jurídica?

Esta contradição não aparece apenas no PL1, porém, o PL3 utiliza de outro vocabulário para tratar a questão:

PL3T1

*"No Brasil, **muitas famílias têm** buscado praticar essa opção. Ela, contudo, não é explicitamente admitida na legislação vigente ou em normas que a interpretam."*

Ou seja, a PL3 faz uso dessa "não ilegalidade" da prática, mas reconhece que o que as famílias já *têm* feito, é algo não reconhecido por órgãos estatais. Entretanto, no PL3, o Estado não é descrito como inimigo, mas como um possível aliado.

PL3T3

*"É preciso, porém, em nome da devida proteção do **Estado** às crianças e adolescentes, em colaboração **com as famílias**, estabelecer regras autorizativas que consagrem essa cooperação"*

Não só um aliado, mas o Estado é também responsável pela proteção de crianças e jovens, e, em função disso, a educação domiciliar seria feita em cooperação com a família.

PL3T4

*"[...] lista alguns requisitos que mantêm a articulação entre **a família** e o sistema de ensino, para benefício dos estudantes."*

Neste ponto entendemos que Estado e Escola (sistema de ensino) desempenham o mesmo papel na formação discursiva da educação domiciliar no Brasil. Isto fica claro no PL4, quando afirma que:

PL4T9

*"[...] o **Estado não consegue tutelar** os alunos na medida desejada pelas **famílias**"*

Analisando por um viés sócio-político, o Estado gerencialista é formado por vários grupos e instituições de poder, não se limitando apenas ao governo (LIMA, 2016), logo, a Escola poderia sim ser vista como uma das instituições que o compõem. Porém, semanticamente, neste trecho, Escola e Estado parecem possuir

o mesmo valor, ou que um age através de outro. De qualquer modo, novamente o Estado é visto como aquele que não protege os interesses das famílias.

Contudo, ainda sobre a questão do Estado, o PL4 parece fazer o mesmo movimento de retomá-lo no texto utilizando o nome de outra instituição como fez com a Escola, como em:

PL4T14

*"[...] conformar as necessidades **das famílias** que escolherem o ensino domiciliar e as exigências do **Poder Público**"*

PL4T15

*"[...] que permitam **aos pais ou responsáveis** poderem prestar, mediante seu entendimento, o ensino domiciliar, paralelamente ao currículo estabelecido pelo **Poder Público**"*

Aqui o Poder Público parece impedir que a educação domiciliar aconteça por questões curriculares, logo, não desempenha o mesmo papel da Escola, que peca em tutelar os filhos da maneira desejada pelas famílias, mas parece desempenhar o mesmo papel do Estado, enquanto instituição reguladora e protetora da sociedade. O trecho poderia ser reescrito, alterando apenas Poder Público para Estado, e ainda continuaria transmitindo o mesmo sentido de órgão regulador.

Segundo o glossário disponibilizado no Portal da Câmara dos Deputados, o Poder Público é: "(o) Conjunto dos órgãos por meio dos quais o Estado e outras pessoas públicas exercem suas funções específicas. O poder do Estado, pelo qual ele mantém a própria soberania. O governo"<sup>13</sup>.

Entretanto, no PL5, esta relação sinonímia não fica tão clara. Vejamos:

PL5T1

*"A Constituição Federal estabelece a educação como um dever **do Estado e da família**" (art. 205)."*

A tensão Família x Estado no PL5 os coloca como iguais quando o assunto é a educação de crianças e jovens, porém, continua:

PL5T2

*"Não há, porém, impedimento para que a mesma formação, se assegurada a sua qualidade e o devido acompanhamento pelo **Poder Público certificador**, seja oferecida no ambiente domiciliar, caso esta seja a opção **da família**"*

---

13

<https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/responsabilidade-social-e-ambiental/acessibilidade/glossarios/dicionario-de-libras/p/poder-publico#:~:text=Conjunto%20dos%20%C3%B3rg%C3%A3os%20por%20meio,ele%20mant%C3%A9m%20a%20pr%C3%B3pria%20soberania.>

Neste trecho, o adjetivo "certificador" modifica o substantivo Poder Público, o que permite duas interpretações: 1) que o Poder Público tem caráter certificador, ou seja, tem a função ou capacidade de apenas certificar que as regras estão sendo seguidas, o que tira a relação de igualdade antes anunciada entre família e Estado, e o submete a esse papel de mera certificação, dando centralidade ao poder decisório da família, ou 2) que existe um Poder Público específico que certifique que determinadas regras sejam seguidas, nesse caso, seria o Ministério da Educação.

De uma maneira ou de outra, a tensão Família x Estado presente nos textos traz à tona o caráter dicotômico dos discursos, que sempre precisam de um "ele(s)" para caracterizar o "nós", sendo o segundo o sujeito que precisa de proteção por estar sendo atacado pelo primeiro, ou que precisa que ele seja seu aliado na luta contra um terceiro possível elemento.

#### 4.4 A ideologia neoliberal

Um outro componente vital para a aliança conservadora no país é o grupo dos neoliberais (LACERDA, 2019). Na rede de atuação em defesa da educação domiciliar no Brasil, sujeitos com ideologias neoliberais representam uma parte significativa, e esta característica não podia estar de fora dos discursos analisados. A ideia de liberdade de escolha é crucial para entender a defesa do homeschooling, pois é vista como um direito individual, já que a família, neste viés, é entendida como propriedade privada. Com isso, o papel do Estado é, também, questionado por esses sujeitos, visto que, no ideário neoliberal contemporâneo, o Estado seria uma instituição forte e reguladora, mas que trabalha para garantir os interesses individuais da burguesia sem intervir em suas decisões (SCHEINVAR, 2006).

Esta máxima fica evidente nos seguintes trechos do PL1:

PL1T6

*"Na verdade, o poder público deve limitar-se apenas ao fomento da total independência das famílias (em relação ao Estado) [...]"*

PL1T7

*"Ainda mais, o poder público precisa estar limitado a ajudar, apoiar, incentivar as famílias [...]"*

Apesar do caráter neoliberal do discurso, o PL1, como visto anteriormente, utiliza de um recurso filosófico — ou religioso — para embasar esse direito inerente à família, concedido pela "Lei Natural". O que é curioso, pois, como apontam alguns

autores e autoras (LACERDA, 2019; PINHEIRO-MACHADO; VARGAS-MAIA, 2023), o neoliberalismo da América Latina é atravessado por questões religiosas e armamentistas militares. Com efeito, o discurso desses sujeitos é permeado por essas ideologias. Logo, a paráfrase "*a liberdade de escolha é um direito divino*" se faz possível. Vale ressaltar que, em virtude desse atravessamento entre neoliberalismo e religião, a busca pela prosperidade econômica e pelos direitos individuais são razões pelas quais evangélicos apoiaram a candidatura de Jair Bolsonaro, um dos maiores líderes da extrema direita do Brasil (PINHEIRO-MACHADO *et al*, 2023).

As tensões do item "família" com o termo "opção" comprovam a crença na inerência do direito individual (ou da família como instituição privada). Vejamos o seguinte trecho da PL3:

PL3T1

*"No Brasil, **muitas famílias** têm buscado praticar essa opção."*

O fato das famílias já estarem praticando a educação domiciliar mesmo de forma irregular já havia sido exposto nos trechos analisados anteriormente, porém, o que o texto nos diz agora é que a prática é vista por quem a defende como uma opção possível, independente do caráter ilegal.

Os seguintes trechos dos PL4 e PL5, respectivamente, deixam ainda mais clara a ideia de liberdade defendida:

PL4T5

*"Em Minas Gerais **um casal** foi condenado pela justiça por manter seus filhos fora da escola, em ensino domiciliar [...] e, em decorrência de sua opção, criaram uma Associação para defender o que intitulam 'liberdade de decisão dos pais' em oposição ao que consideram 'imposição do Estado'."*

PL5T3

*"Garantir na legislação ordinária essa alternativa é reconhecer o direito de opção das famílias [...]"*

O direito de opção, nesses discursos, é visto como algo dado, mas não reconhecido pelo Estado, que indevidamente interfere nas decisões individuais das famílias. Entretanto, é errado pensar que o neoliberalismo desconsidera o papel do Estado como um todo, pois, como já mencionado, ele ainda precisa de um Estado forte e regulador. Isso também é evidenciado nos trechos como:

PL3T3

*"É preciso, porém, em nome da devida proteção do Estado às crianças e adolescentes, em colaboração **com as famílias**, estabelecer regras autorizativas que consagrem essa cooperação [...]"*

PL4T14

*"as necessidades **das famílias** que escolherem o ensino domiciliar e as exigências do Poder Público"*

PL4T15

*"que permitam **aos pais ou responsáveis** poderem prestar, mediante seu entendimento, o ensino domiciliar, paralelamente ao currículo estabelecido pelo Poder Público"*

PL5T2

*"[...] se assegurada a sua qualidade e o devido acompanhamento pelo **Poder Público** certificador, seja oferecida no ambiente domiciliar, caso esta seja a opção **da família**"*

O discurso neoliberal reconhece o nível hierárquico superior do Estado, a depender do contexto e da conveniência, assim como seus deveres com a sociedade pública, porém a família não está nesse âmbito, mas, sim, no âmbito privado. É evidente que existem inúmeras vertentes do liberalismo, e que elas podem vir a discordar entre si acerca do papel do Estado, porém, conforme Donzelot (1980), o entendimento de que a família é a garantia de uma propriedade privada é comum entre grupos de ideologias (neo)liberais.

## 5. Considerações finais

Apple (2003) afirma que só é possível deter a direita a partir do entendimento do seu funcionamento. O presente trabalho contou com duas maneiras possíveis de se analisar os argumentos utilizados por esta aliança que vem trabalhando incansavelmente para a implementação de suas pautas: a análise temática e a análise de discurso. Compreender como a noção de *família* é utilizada nesses textos é fundamental para esse entendimento, sendo esta uma organização política (DONZELOT, 1980; TEIXEIRA; BULGARELLI, 2023) que vem promovendo grandes movimentações políticas e sociais. Teixeira e Bulgarelli (2023) sintetizam a importância do estudo e compreensão da família no discurso conservador:

A elaboração da família como uma categoria política é crucial para compreender os mecanismos de visibilidade pública e ocupação do Estado articulados por movimentos de direita na América Latina a partir da segunda década do século XXI. (TEIXEIRA; BULGARELLI, 2023, p. 168, tradução minha)

Ademais, a análise do complexo embate entre família e Estado presente nos textos reflete a ideologia privatista que permeia esses discursos. O neoliberalismo, como foi visto, requer um Estado forte e regulador, além de punitivista (PINHEIRO-MACHADO; VARGAS-MAIA, 2023; LACERDA, 2019). Logo, para que a educação domiciliar seja regulamentada, as famílias ainda precisam da autorização de órgãos estatais<sup>14</sup>. A relação entre neoliberalismo e religião fortalece esses discursos, por mais que esta seja uma aliança que pareça não fazer sentido no primeiro momento. Mas, como aponta Apple (2003), a aliança conservadora é formada por grupos que defendem os mesmos interesses, mas por diferentes motivações. No caso dos neoliberais, essa defesa se faz em virtude dos direitos individuais e de livre escolha. Já no fator religioso, além da proteção contra o "outro" que estaria presente nas escolas e seria uma ameaça a essas famílias (APPLE, 2003), existe, ainda, a questão da perseguição que se faz presente no imaginário, logo, nos discursos da direita cristã (*ibidem*).

No que diz respeito à defesa da educação domiciliar, essa perseguição acarreta numa certa incoerência nos discursos, visto que as famílias estariam sendo

---

<sup>14</sup> Cabe destacar, contudo, que um dos atores presentes na rede, o casal do canal Déia e Tiba, defende que o Estado não devesse impor nenhum tipo de interferência em suas vidas privadas.

vítimas de perseguição jurídica por órgãos estatais pelo fato de estarem praticando a educação domiciliar. Porém, como foi mostrado no capítulo anterior, apesar da prática não ser ilegal, o fato de não matricular seus filhos e filhas na escola configura crime de abandono intelectual segundo o código penal brasileiro. Sendo assim, a "perseguição" se justificaria, pois, de fato, estas famílias estariam sim cometendo um crime ao não matricularem seus filhos e filhas em uma rede de ensino, seja ela pública ou privada.

A questão da proteção dos filhos e filhas, presente nos discursos pró *homeschooling*, originou uma nova problemática que merece ser explorada em trabalhos futuros. Nos textos, é possível ver que o que está em jogo não é o direito das crianças e jovens, mas o direito das *famílias*, que, nestes discursos, é compreendida como *pais* (pai e mãe). Os filhos e filhas seriam, então, propriedade dessas famílias. Discussões sobre papel de gênero em um modelo patriarcal de família existem e são importantes, porém, se faz necessário um estudo do papel das crianças nesta categoria política, pensando nelas como cidadãs, e não como propriedade.

Sobre as análises apresentadas neste trabalho, AD e AT, é importante salientar que, por mais que Pêcheux critique e aponte uma incompatibilidade entre os formatos, para esta pesquisa, a AT serviu como porta de entrada para a AD. Como mencionado anteriormente, a AD foi aplicada a partir do mapeamento realizado através da AT. Portanto, o intuito da comparação presente neste trabalho é de mostrar que, metodologicamente, é possível realizar a AD a partir da AT. Por mais que existam as diferenças no método, como apontam Braun e Clarke (2006), a AT tem esse caráter flexível e pode ser utilizada em conjunto com outras formas de análises, linguísticas ou não linguísticas.

A partir do uso da análise de discurso materialista, oriundas do trabalho de Michel Pêcheux (1995; 1997, 2004), conclui-se, então, que a *família* abordada e defendida por esses sujeitos é a que segue o modelo patriarcal, sendo ela uma propriedade privada que precisa ser protegida dos perigos do *social*. Além disso, sua relação com o Estado se mostra dúbia: ora o Estado é entendido como órgão responsável por protegê-la, ora é entendido como algo que a ameaça.

Os discursos desses sujeitos não devem ser entendidos apenas como falas carregadas apenas de ideias, mas como parte das práticas de grupos que visam a hegemonia social e a manutenção de seus *status quo*. Como lembra Pêcheux

(1995, p. 144), "as ideologias não são feitas de 'ideias' mas de práticas", e o objetivo político desse trabalho é justamente o de compreender a materialidade dessas práticas, através da análise de seus discursos, entendendo que este seja um exercício crucial de as desmantelar, barrando, assim, as tentativas da nova direita de esvaziar o sentido que se tem de escola.

# Referências

ALBUQUERQUE, S. C.; ZANARDI, T. A. C. Educando à direita e as políticas educacionais neoliberais, conservadoras e fundamentalistas. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 1406-1431, 2021

APPLE, Michael W. **Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade**. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo. Cortez. 2003.

APPLE, Michael W. Homeschooling, democracy, and regulation: An essay review of Homeschooling: The history and philosophy of a controversial practice. **Education Review**, v. 27, 2020.

BALL, S. J. **Educação Global S. A.: novas redes de políticas e o imaginário neoliberal**. Tradução Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

BARBOSA FILHO, Fábio Ramos. Ler o arquivo em análise de discurso: observações sobre o alienismo brasileiro. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, v. 64, p. e022007-e022007, 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 4590, de 20 de agosto de 2019**. Institui o Estatuto da Família. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative research in psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006.

CASANOVA, Letícia Veiga; FERREIRA, Valéria Silva. Os discursos da Associação Nacional de Educação Domiciliar do Brasil. **Práxis Educativa**, v. 15, 2020.

CECCHETTI, Elcio; TEDESCO, Anderson Luiz. Educação Básica em “xeque”: Homeschooling e fundamentalismo religioso em tempos de neoconservadorismo. **Práxis Educativa**, v. 15, 2020.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. Tradução de M. T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro. Edições Graal. 1980.

DUCROT, O. **Princípios de Semântica Linguística: dizer e não dizer**. Ed. Cultrix, São Paulo, 1977.

ELICHIRIGOITY, Maria Teresinha Py. Análise do discurso na área de letras. **Cadernos do IL**, n. 34, p. 169-199, 2007.

GAELZER, Vejane; MOREIRA, Raquel Ribeiro. O Dito e Não-Dito: efeitos de sentido em placas de sinalização sobre a presença de indígenas. **Revista de Estudios Brasileños**, v. 7, n. 15, p. 121-132, 2020.

HOMESCHOOLING EM SALVADOR, **Caroline di Toni na Sessão solene em defesa do homeschooling no Brasil**. Youtube. 10 de jun. de 2019

HOWARD, P. N. Network ethnography and the hypermedia organization: new media, new organizations, new methods. **New Media Society**, [s. l.], v. 4, n. 4, p. 550-574, 2002

LIMA, Iana Gomes de et al. A rede da educação domiciliar no Brasil: a aliança conservadora em ação. **Práxis Educativa**, v. 17, 2022.

LIMA, I. G.; HYPOLITO, Á. M. A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 45, p. 1-15, 2019.

MACEDO NETTO, Luiz Delfim Queiroz. A constitucionalização dos tratados internacionais de direitos humanos. Monografia (Graduação). Direito Constitucional, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2016.

DE MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães. A abordagem etnográfica na investigação científica. **DE MATTOS, CLG; CASTRO, PA, orgs. Etnografia e educação: conceitos e usos [online]. Campina Grande: EDUEPB**, p. 49-83, 2011.

MARTINS, Joyce Miranda Leão; ALVES, Mércia. Deus, pátria e família: o discurso neoconservador na propaganda eleitoral de Bolsonaro. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 8, n. 2, 2022.

MIGUEL, L. F. Da “doutrinação marxista” a “ideologia de gênero” - Escola Sem Partido e as leis da mordaca no parlamento brasileiro. **Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016

MIGUEL, Luis Felipe. **O colapso da democracia no Brasil: da Constituição ao golpe de 2016**. Fundação Rosa Luxemburgo, 2019.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. Pontes, 2012.

PÊCHEUX, Michel; ORLANDI, Eni Puccinelli. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Editora da UNICAMP, 1995.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**, v. 3, p. 61-161, 1997.

PÊCHEUX, Michel; GADET, Françoise. A língua inatingível. **Campinas: Pontes**, 2004.

PÊCHEUX, Michel; WESSELIUS, J. A respeito do movimento estudantil e das lutas da classe operária: 3 organizações estudantis em 1968. **ROBIN, R. História e Linguística. São Paulo. Cultrix**, 1977.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana et al. POPULISM IN EMERGING ECONOMIES. **The Rise of the Radical Right in the Global South**. Taylor & Francis, 2023.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; VARGAS-MAIA, Tatiana (Ed.). **The Rise of the Radical Right in the Global South**. Taylor & Francis, 2023.

SCHEINVAR, Estela. A família como dispositivo de privatização do social. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 1, p. 48-57, jun. 2006

TEIXEIRA, Jacqueline Moraes; BULGARELLI, Lucas. GENDER AND SEXUALITY (STILL) IN DISPUTE. **The Rise of the Radical Right in the Global South**. Taylor & Francis, 2023.

VIEIRA, A.O.P. **"Escola? Não, obrigado": Um retrato da homeschooling no Brasil**. Monografia (Graduação). Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, 2012.